
Mídia, Discurso e Poder: A Cobertura Jornalística dos Programas de Segurança Pública do Espírito Santo

1

Maíra Mendonça CABRAL²
Rafael da Silva Paes HENRIQUES³
Universidade Federal do Espírito Santo, ES

RESUMO

Este artigo visa a analisar a cobertura do portal de notícias *A Gazeta* em relação aos programas de Segurança Pública desenvolvidos pelo governo do Espírito Santo nos dez últimos anos: *Estado Presente em Defesa Pela Vida e Ocupação Social*. Entendendo o jornalismo como um território discursivo, capaz de influenciar o modo como as pessoas enxergam seu espaço e seu tempo, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) tanto para o embasamento teórico quanto como ferramenta metodológica da pesquisa, a fim de desvendar os sentidos que circulam a partir dos enunciados jornalísticos. Observou-se que o governo estadual, seja por meio de dados oficiais ou das falas de seus representantes, é a única fonte de informações sobre os programas na amostra de notícias analisada, não havendo espaço para pluralidade de vozes, ou para a inclusão das comunidades abrangidas por tais políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Cobertura de segurança pública; Território Discursivo; Análise Crítica do Discurso (ACD).

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa ainda em fase inicial que tem como objetivo analisar a cobertura do jornal *A Gazeta* e de seu respectivo portal de notícias em relação aos programas *Estado Presente em Defesa Pela Vida e Ocupação Social*, que se configuraram como políticas públicas norteadoras do Poder Executivo do Espírito Santo no âmbito da Segurança Pública ao longo da última década.

Tais programas passaram a ser desenvolvidos a partir de 2011 por duas diferentes e consecutivas administrações do governo do Espírito Santo, ambos com a proposta de reduzir a criminalidade e o número de homicídios a partir da implantação de um

¹Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda do Curso de pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes, e-mail: mairamcabral@gmail.com

³Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Ufes, e-mail: rafaelpaesh@gmail.com

conjunto de ações, que preveem não só a repressão da violência, como também intervenções no âmbito social em bairros considerados altamente violentos no Estado.

Este estudo tem como pano de fundo a defesa do jornalismo como um território discursivo na medida em que o compreendemos um espaço de disputas enunciativas entre os sujeitos, que acabam por influenciar as pessoas na construção de suas subjetividades e, portanto, na constituição daquilo que entendem como realidade – não desconsiderando sua capacidade de reelaboração e de síntese dos discursos que lhes são apresentadas.

Parte-se primeiramente da constatação de uma inter-relação entre mídia e poder, este definido por Thompson (1998) como a capacidade de ação e de intervenção nos acontecimentos para o alcance de determinados objetivos e interesses. Tal conexão se evidencia à medida que os meios de comunicação de massa se legitimam como espaços para obtenção de informações na sociedade moderna, inserindo na agenda pública fatos antes pertencentes à esfera individual e, desse modo, constituindo-se como elementos importantes para a formação do senso comum (BOURDIEU, 2000).

Acrescentando as palavras de Becker (2004, p. 45) “a imagem de mundo que possuímos é construída a partir de experiências coletivas, e não há quem ou o que as proporcione de modo tão eficaz ou ostensivo como os discursos midiáticos”.

Diante dos argumentos expostos, considera-se necessário um esforço no sentido de compreender cientificamente como temas de grande de interesse coletivo, como é o caso da violência, são apresentados pela imprensa local.

Neste artigo, será proposta uma revisão bibliográfica sobre o tema, sua interrelação com os conceitos de território e de discurso, além da análise de cinco matérias veiculadas pelo portal *A Gazeta* acerca dos programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* entre 2011 e 2019. Para isso, foram utilizadas categorias de análise extraídas da Análise Crítica do Discurso, que é entendida não só como referencial teórico-conceitual, mas também metodológico.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, não se pretende com este artigo traçar um diagnóstico completo sobre a cobertura midiática das políticas de segurança pública no Espírito Santo, mas sim buscar uma aproximação com o tema, levantando questionamentos que serão aprofundados futuramente.

MÍDIA, PODER E TERRITÓRIO DISCURSIVO

Conforme aponta Fischer (2013), para Michael Foucault, discurso e poder são indissociáveis, uma vez que o discurso é essencialmente uma prática inscrita no tempo histórico, na qual são forjadas lutas. Debruçando-se sobre a obra do filósofo francês, Fischer aponta que, na concepção de Foucault, o discurso é formado por um conjunto de enunciados que possuem formações discursivas semelhantes. Os enunciados, por sua vez, são compreendidos como acontecimentos.

Segundo Fischer (2013, p. 141), “exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso”, uma vez que, para Foucault, o exercício da função enunciativa, e portanto do poder, é determinado pelas condições sociais, econômicas, geográficas e linguísticas instituídas historicamente. O discurso, por isso, exerce uma função normativa e reguladora, contribuindo para a criação das verdades de uma época (REVEL 2005, p. 37).

A partir desta definição, entende-se que o jornalismo moderno, que surge no século XIX no contexto da revolução industrial, exerce uma prática discursiva específica, uma vez que possui seu próprio modo de produção, regras e critérios de noticiabilidade, que foram desenvolvidos ao longo de seu processo de formação enquanto instituição na sociedade. Alicerçados sob a perspectiva de Foucault, enxergamos, então, as notícias como enunciados que, juntos, compõem o discurso jornalístico. Este, por sua vez, opera dentro de “um sistema estratégico em que o poder está implicado e para o qual o poder funciona” (FOUCAULT, 2003, p. 252 apud FISCHER, 2013, p. 145).

Segundo Silva (2013), dentro de sua Teoria Social, Pierre Bourdieu desenvolve o conceito de estratégia discursiva como ferramenta necessária à ampliação do poder simbólico. “Para que um enunciado ou discurso amplie o nível de sua aceitabilidade

entre seus possíveis receptores ou consumidores, necessário se faz que o produtor ou o enunciador utilize sua competência discursiva na elaboração de estratégias discursivas” (SILVA, p. 176-177).

Assim como Foucault defende a inscrição histórica da prática discursiva, Bourdieu, conforme aponta Silva (2013, p.175,176), analisa que as posições social e historicamente determinadas ocupadas pelos interlocutores na estrutura das relações simbólicas influenciam nas condições de produção do discurso.

A partir de tais análises, que influenciaram no desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso (ADC), o que fica bem demarcado é que o discurso é, inevitavelmente, carregado de intenções. Logo, depreende-se que quando esse discurso é produzido dentro da instituição jornalística, que ocupa socialmente o lugar de produção de informações, o peso simbólico dos discursos que por ela são colocados em circulação ganha uma dimensão ainda maior.

Buscando investigar a conexão entre território e comunicação, Reis e Zanetti (2017, p.19) definem territórios como “âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação”, extrapolando uma visão geográfica deste conceito. A partir desta concepção, compreendemos o jornalismo como um território discursivo na medida em que no interior de seus enunciados desenrolam-se essas relações de disputa entre sujeitos, que influenciam na compreensão do real.

Para Zamin (2013, p. 96), o jornalismo apresenta cotidianamente “uma cartografia do mundo possível de ser compreendida pelos discursos que engendra e pelos espaços nos quais se apresenta”.

Os acontecimentos do “mundo diante de si” (Groth, 2011) tomam a forma de uma “realidade” jornalística que, de certo modo, “funciona em sincronia com outras ‘realidades disciplinadas’ produzidas em outros espaços fechados e repercute as mudanças relativas à experiência e à esfera da vida” (Silva e Marocco, 2008). Os modos de objetivação jornalística contêm a organização e a interpretação do mundo, apresentado nos mapas construídos pelos jornais. (ZAMIN, 2013, p. 96).

Antolini e Rebouças (2017) afirmam que as próprias identidades e o sentido de pertencimento das pessoas são moldados em grande parte a partir do que é visto na grande mídia, que está presente em diferentes espaços cotidianos e privilegia a voz de alguns em detrimento da de muitos outros. Já Reis e Zanetti (2017) apontam ainda para a existência de uma “codeterminação entre os modelos socioeconômicos e culturais e os sistemas técnicos de comunicação” (2017, p. 26).

Na visão de Porto (2008), a mídia se constitui como importante produtora de representações sociais nas modernas democracias contemporâneas, tendo, portanto, uma função pragmática de orientar as condutas dos atores sociais. A autora reforça o eixo simbólico da comunicação ao considerar os meios como formas culturais que alimentam uma cultura coletiva à medida que agem sobre ela. A partir dessa compreensão, Porto estabelece uma conexão, centrada em uma perspectiva sociológica, dos possíveis efeitos da atuação midiática no estabelecimento de políticas de segurança pública.

Ao estudar o jornalismo sob o prisma da Análise Crítica do Discurso (ACD), busca-se justamente compreender os processos de produção de sentidos através da mídia.

Embora não integre o quadro de teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), Charaudeau (2015) desenvolve uma análise que nos ajuda a compreender o papel da comunicação. Segundo o autor, a informação e a comunicação são as responsáveis por ditar a ordem do discurso nas sociedades ocidentais contemporâneas. A mídia usa seu poder de comunicar para reproduzir, reinventar ou criar discursos, que influenciam as trocas sociais entre os indivíduos, bem como seus valores e em suas representações. Em todo caso, trata-se sempre de uma escolha.

Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Compreendendo o discurso como prática social, como formas de representação, de ação e de identificação, o inglês Norman Fairclough (apud MAGALHÃES, 2016, p. 32), propõe que a análise de texto tenha uma abordagem voltada para as transformações sociais, pois ele tanto ajuda a moldar tais transformações como é moldado por elas.

A Análise Crítica do Discurso que nos propomos a fazer neste artigo tem por base o conceito de discurso de Fairclough (2001), justamente por acreditarmos que uma análise voltada para a prática social seja mais condizente com o mundo em que vivemos, atravessado por constantes mudanças econômicas, culturais e tecnológicas, das quais a própria produção jornalística busca dar conta.

É necessário pontuar que a ACD não se trata de uma disciplina, mas sim de uma seara multidisciplinar, marcada pela transversalidade com outras áreas de estudo, uma vez que sua aplicação visa a entender os sentidos dos enunciados dentro do contexto histórico e social em que são produzidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fairclough (2001) propõe uma análise a partir de uma concepção tridimensional do discurso, que engloba o texto, a prática discursiva e a prática social. Para avaliar o conteúdo informativo do portal *A Gazeta*, selecionamos algumas categorias de análise propostas pelo autor. A primeira é a análise do texto, que é organizada em quatro itens, sendo eles estrutura textual, coesão, gramática e vocabulário.

A segunda é a prática discursiva, que envolve processos de produção, de distribuição e de consumo do texto em análise. De acordo com Oliveira e Carvalho (2013, p. 298), caso o objeto de análise seja um texto publicado em jornal, é possível que o analista observe, na dimensão da produção, o espaço destinado ao enunciado e o seu tamanho.

Já a distribuição do texto diz respeito ao modo como ele é colocado em circulação. No caso da versão eletrônica das matérias, que são objeto de análise neste artigo, a comunicação torna-se tecnologicamente mediada. Assim, novos gêneros discursivos são criados, já que há possibilidade, por exemplo, de se estabelecer uma ligação com outros enunciados por meio de *links*. A recepção dos textos pode ser individual ou coletiva.

Quanto ao consumo, o analista, segundo Oliveira e Carvalho (2013, p. 298) pode observar, por exemplo, se o texto é consumido individual ou coletivamente, o que influencia nas escolhas lexicais e sintáticas.

No âmbito da prática discursiva, dentro da esfera da produção do discurso, Fairclough (2001) trabalha com os conceitos de interdiscursividade e de intertextualidade manifesta. A partir da interdiscursividade é possível analisar quais discursos estão presentes no texto e a que gêneros pertencem, partindo do princípio de que todo discurso é heterogêneo. Como todos os textos aqui analisados são do gênero jornalístico, nossa atenção se voltará mais para o segundo conceito, de intertextualidade manifesta, que, por sua vez, visa a entender como acontece a representação discursiva (quem fala? de forma direta ou indireta? qual o contexto dessa fala?).

A terceira categoria, a prática social, se ocupa das condições sociais e do contexto em que a prática discursiva ocorre. É partir desta categoria que Fairclough propõe a investigação de conceitos como ideologia (construções da realidade) e de hegemonia, no sentido de construção de uma visão de mundo, com o propósito de desnaturalizar a produção discursiva. No entanto, por entendermos que a amostra deste estudo é muito limitada diante da amplitude de análise exigida nesta dimensão, optou-se por não analisar a prática social.

Tendo em vista que esta trata-se de uma avaliação inicial, a escolha do corpus da pesquisa inicialmente seria feita a partir da utilização da ferramenta de busca do próprio portal de notícias. No entanto, ao usarmos os termos-chave como o nome dos programas “Estado Presente” e “Ocupação Social” ou até mesmo as palavras “Segurança” e “Violência” no buscador, não obtivemos sucesso. O resultado das buscas não apresentava notícias relacionadas ao tema estudado.

A escolha foi feita, então, a partir de buscas destes referenciais na ferramenta de pesquisa Google, na tentativa de entender quais informações surgiriam caso qualquer leitor em busca de informações as procurasse. Foram pesquisados os termos "programa estado presente a gazeta" e "programa ocupação social a gazeta". Como nos primeiros

resultados apareceram poucos conteúdos relativos ao Ocupação Social, também procuramos pelo tema relacionando-o ao termo “governador Paulo Hartung”.

O JORNAL *A GAZETA*

Criado em 1928, o jornal *A Gazeta* é um veículo da Rede Gazeta, empresa de comunicação cujo controle acionário pertence à família Lindenberg desde 1949. Desde 30 de setembro de 2019, a edição impressa diária do jornal deixou de circular, dando lugar a um jornal impresso de fim de semana (*A Gazeta*).

Já o site de notícias, que existia desde 1996 e que em 2016 havia ganhado um novo layout⁴, passou por uma reformulação para marcar a fase de transformação digital da empresa. Ele, que se chamava *Gazeta Online*, transformou-se em *A Gazeta*⁵. No período de transição, a empresa procurou demarcar que apesar da mudança na forma de entrega, o conteúdo jornalístico permaneceria o mesmo de sua essência. “Continuaremos apostando firme no jornalismo plural, independente, no equilíbrio editorial”, destacou o diretor corporativo de Jornalismo da Rede Gazeta, Abdo Chequer⁶.

Atualmente, a Rede Gazeta possui outros negócios, incluindo oito rádios e quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, que contam com dois portais de notícias locais afiliados à Rede Globo (G1 Espírito Santo e o Globo Esporte Espírito Santo), além da Ative, uma empresa de soluções digitais⁷.

ANÁLISE DO CONTEÚDO NOTICIOSO

A formação discursiva predominante nas notícias analisadas é a de que os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* têm o intuito de resolver o problema da violência. Em relação à intertextualidade manifesta, observa-se que há uma modificação em

⁴ Disponível em <<http://ftpi.com.br/jornal/a-gazeta-vitoria/>>

⁵ Disponível em <<https://www.redegazeta.com.br/tire-suas-duvidas-sobre-a-transformacao-digital-da-rede-gazeta/>>

⁶ Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/novo-site-a-gazeta-tera-mais-conteudo-e-opinioes-0919>>

⁷ Disponível em <<https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/>>

relação às vozes que aparecem nos textos dependendo da editoria na qual as notícias foram veiculadas.

Quando a notícia está inserida em espaços destinados à cobertura do cotidiano, a voz do governo estadual como fonte principal, que é representado de forma indireta e também direta (por meio do uso de aspas) pelos próprios governadores acontece de forma muito mais expressiva, sendo utilizada pelo narrador para costurar todo o texto. Há uma alternância constante entre as vozes do narrador e a dos governantes. Por outro lado, não se observa em nenhum dos enunciados a participação direta de outros sujeitos que também estão inseridos no contexto da segurança pública, como é o caso dos representantes das comunidades abarcadas por tais políticas públicas.

Como exemplo, na notícia *Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo*⁸, publicada em maio de 2011 - quando o site *A Gazeta* ainda se chamava *Gazeta Online* - na editoria Minuto a Minuto, o narrador recorre à voz do governador Renato Casagrande como forma de explicar os objetivos e o modo de implantação do programa, que estava se iniciando.

O texto informa regiões nas quais uma das ações desenvolvidas no âmbito dessa política seria implantada. No entanto, nenhuma liderança da região citada é ouvida para que se entenda, por exemplo, quais as expectativas dos moradores em relação ao programa, bem como a visão que eles têm de questões como violência e segurança.

Na notícia *“ES está em situação diferenciada”, diz Hartung sobre segurança*⁹, publicada em fevereiro de 2018 na editoria Grande Vitória do portal de notícias, o narrador diz, já no lide, que *“ao ser questionado sobre a inquietude de moradores de regiões como Central Carapina, na Serra, e Grande Terra Vermelha, em Vila Velha,*

⁸ Disponível em

<http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2011/05/a_gazeta/minuto_a_minuto/863915-casagrande-lanca-programa-estado-presente-em-defesa-pela-vida-para-diminuir-a-criminalidade-no-espírito-santo.html>

⁹ Disponível em

<<https://www.gazeta.com.br/es/gv/-es-esta-em-situacao-diferenciada--diz-hartung-sobre-seguranca-0218>>

Hartung destacou o trabalho da polícia, as ações do programa Ocupação Social e a gestão de sua equipe”.

A oração, que evidencia a preocupação diante da violência e o descontentamento dos moradores de bairros periféricos em relação ao poder público, é a única, entre todos os enunciados analisados, onde percebe-se a manifestação da população abarcada pelos programas de segurança, ainda que de forma indireta.

Contudo, não há um aprofundamento do assunto. Nenhum morador ou líder comunitário foi ouvido e também não há a presença de *links*, que poderiam ser usados para fortalecer a interdiscursividade, inserindo, por exemplo, notícias sobre a violência nesses bairros que já tivessem sido produzidas e que servissem como base para que o leitor se aprofunde em tal contexto social.

Do mesmo modo, não se observa nos textos a voz de outras fontes que poderiam servir para ampliar uma discussão qualificada sobre a segurança pública e o desempenho dos programas, como é o caso de especialistas no tema.

Quando o conteúdo noticioso é veiculado em colunas de opinião, a voz predominante passa a ser a do colunista (narrador), enquanto a voz do governo estadual (como fonte oficial) sai de cena. É o que acontece em *O perigo mora longe do Estado Presente*¹⁰ e *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar*¹¹, publicados na coluna de Leonel Ximenes no início de 2019, em um momento de retomada do Estado Presente, no início da segunda gestão de Renato Casagrande, reeleito em 2018.

Em ambos os textos, o narrador questiona a eficácia da abrangência do Estado Presente, tendo em vista que a maioria dos crimes estariam ocorrendo fora das áreas contempladas pelo programa. Para construir o sentido de contrariedade/incoerência

¹⁰ Disponível em

<<https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/o-perigo-mora-longe-do-estado-presente-0319>>

¹¹ Disponível em

<<https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/programa-estado-presente-em-cinco-anos-e-hora-de-atualizar-0419>>

entre a proposta do programa e a realidade da segurança pública no estado, o narrador utiliza-se de dados oficiais sobre a distribuição geográfica dos registros de violência, que são coletados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). O tom crítico é reforçado por expressões como “*é hora de atualizar*”, presente já no título do segundo texto, assim como o uso de intertítulos como: “*Pedido de Socorro*” e “*Velho Programa*”, usados para evidenciar a existência de graves problemas relativos à violência. Apesar disso, nenhuma fonte, seja um especialista em segurança, ou o próprio governo estadual, cuja atuação está no centro das críticas, é ouvida.

Nas notícias, os representantes do governo apontam os programas *Estado Presente e Ocupação Social* como forma de demonstrar que o poder público está atento à questão da segurança pública e que está tomando providências sobre o assunto. Mas nem sempre os eixos de proteção social e o de repressão policial recebem o mesmo espaço, embora ambos sejam componentes estruturais dos programas.

Nas notícias veiculadas em editorias direcionadas à cobertura do cotidiano, nota-se um equilíbrio maior no espaço em que tais eixos recebem. Na notícia, o “*ES está em situação diferenciada*”, diz Hartung sobre segurança, uma fala do governador é destacada para evidenciar a importância do eixo de proteção social, que contempla ações sociais dentro das comunidades, como solução para a violência para além do trabalho das polícias.

Na notícia *Ocupação Social: 190 vagas para quem quer aprender uma profissão*¹², publicada em julho de 2018 na editoria de Concursos e Empregos, o eixo de proteção social é o único evidenciado. Neste caso específico, o conteúdo da notícia é voltado para a prestação de um serviço. A palavra *homicídio*, que remete diretamente à violência, é citada apenas uma vez, no final do texto.

Já nos textos jornalísticos veiculados na coluna de opinião, os dados utilizados sobre violência, especialmente os relativos a homicídios no estado, remetem mais à repressão

¹² Disponível em

<<https://www.agazeta.com.br/concursos/ocupacao-social-190-vagas-para-quem-quer-aprender-uma-profissao-0718>>

policial. Em *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar*, uma das notas, inclusive, reforça essa ligação ao problematizar a questão do armamento policial: *Comentário de um policial civil sobre a XG9, arma automática importada com mira a laser apreendida pela PM em Linhares recentemente: “Veja o poder de fogo dos traficantes de Linhares. A polícia nem sonha em ter armamento bom assim”*.

Este é o único momento, inclusive, em que a intertextualidade se manifesta de forma direta nos textos da coluna, quando o narrador insere a voz de um policial civil não identificado para evidenciar o conflito entre a instituição policial e os criminosos.

Nota-se que a busca pelo distanciamento do narrador em relação aos fatos é uma constante e parece nortear as escolhas de palavras do narrador.

Os indicadores serão acompanhados mensalmente. Caberá às secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (por meio de atuações das polícias Militar e Civil) e a de Justiça, a repressão qualificada, inibindo crimes como homicídios e tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, para reduzir a vulnerabilidade social, entram em cena as secretarias de Assistência Social, Trabalho e Direito Humanos; Esportes e Lazer, entre outras.

No exemplo, retirado da notícia, *Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo*, há uma utilização predominante de verbos em sua forma infinitiva e também no futuro do presente, no modo indicativo, conjugação que é utilizada para informar que as ações que serão implementadas dali em diante.

Por outro lado, nos textos publicados em colunas, apesar de não haver expressões que remetem diretamente ao narrador, o caráter opinativo do texto emerge a partir das escolhas do vocabulário. Como exemplo, quando o narrador diz “é hora de atualizar” no texto *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar* ele já expressa sua opinião em relação ao tema, destacando que algo precisa ser mudado no que diz respeito à principal política pública de segurança em nível estadual.

Já no primeiro parágrafo do mesmo texto, o autor é direto ao dizer que os 140 bairros abrangidos pelo programa “não representam um terço” dos crimes de homicídio, latrocínio, e lesão corporal seguida de morte registrados nos últimos cinco anos no estado. O uso da palavra “não”, reforçada pela expressão “um terço”, marcam expressamente o sentido de conflito que o autor busca evidenciar.

CONCLUSÃO

O discurso jornalístico é carregado de objetos simbólicos responsáveis pela produção de sentidos na sociedade, influenciando o modo como os sujeitos enxergam seu presente e, por isso, moldando a construção de memórias.

Tendo isso em vista, não só os programas de segurança pública buscam atuar diretamente no processo de construção de territorialidades a partir de sua ação em áreas consideradas vulneráveis socialmente, como o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação tem potencial para interferir nesse processo. O próprio discurso jornalístico, moldado por processos produtivos, pela linha editorial e pelos valores e construções sociais daqueles que o produzem, entre outros fatores, constitui-se como um território de disputas ideológicas.

A partir da análise dos conteúdos extraídos do portal *A Gazeta* pudemos observar a presença de poucas vozes nos textos, que majoritariamente são norteados pelo próprio governo estadual - responsável pelas políticas de segurança - e pelo narrador..

Segundo o conceito de interdiscursividade de Fairclough (2001), um discurso é sempre heterogêneo, marcado pela presença de diferentes discursos, que se intercalam. Retomando o conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin, que segundo Penteadó e Silva (2013, p. 54) “se dá pela interlocução entre interlocutores diretos e pela relação entre vozes presentes, de forma explícita ou não, nos enunciados”, observa-se a presença de poucas vozes nos textos, que em todos os enunciados são norteados pelo próprio governo estadual - responsável pelas políticas de segurança - e pelo narrador.

Diante disso, a pluralidade da construção discursiva na amostra analisada poderia ser potencializada com a utilização de outras fontes, como os representantes das comunidades para os quais os programas são voltados. Especialmente nos textos publicados em editoriais de cobertura do cotidiano, não há informações relativas aos resultados dos programas, algo que poderia ser conseguido a partir da abertura de espaço para mais fontes e ainda de questionamentos diretos ao próprio governo.

Do mesmo modo, é possível notar como um mesmo assunto é tratado de formas diferentes a depender do espaço em que é veiculado no jornal (se é um espaço que abre mais brechas para opinião ou se exige um certo esforço de impessoalidade por parte do jornalista ou, ainda, se destina-se a prestar um serviço, por exemplo).

Por se tratar de um estudo inicial, não é possível elaborar uma trajetória de como os programas de segurança pública vêm sendo tratados por *A Gazeta* ao longo de dez anos.

No entanto, com tais apontamentos abre-se uma possibilidade de investigar, a partir da Análise Crítica do Discurso, o que é dito o que não é dito, por quem, quais são os elementos presentes nesse discurso. É possível investigar também como a classe política, que comanda o poder público, tem se valido do território discursivo do jornalismo para apresentar tais programas, já que apesar de diferentes nomenclaturas, eles possuem uma estrutura semelhante.

O que se pretende, ao utilizar a Análise Crítica do Discurso, é desenvolver um modo de desnaturalizar a produção discursiva acerca dos programas de segurança, que é o que determina o modo como eles são vistos nos espaços por onde esses discursos circulam.

REFERÊNCIAS

ANTOLINI, Marialina Côgo; REBOUÇAS, Edgard. Comunicação, direitos humanos e cidadania: territorialidades que se entrelaçam. In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. Vitória, Edufes, 2017. p.186-230.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**. RJ; E-papers, 2004.

-
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- FAIRCLOUGH, Norman.; MAGALHÃES, Izabel. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.123-151
- OCUPAÇÃO social. **Secretaria de Estado de Direitos Humanos**. Disponível em <<https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>>. Acesso em: 3 ago.2020.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-309
- PORTO, M. S. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, São Paulo, USP, v. 21, n.2, p.211-233, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf> . Acesso em: 3 ago.2020.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault Conceitos Essenciais**, 2002. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SILVA, Adriana Pucci Penteadó de Faria e. Bakhtin. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.45-69
- SILVA, José Octacílio da. Bourdieu. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.153-181
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth. Comunicação e territorialidades: um campo a ser desbravado. *In*: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. Vitória, Edufes, 2017,p.21-33.
- ZAMIN, Angela. **Jornalismo e território: a cartografia diária das coisas do mundo**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. v.15, nº 2, maio/agosto 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/maira/Downloads/3488-15529-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/maira/Downloads/3488-15529-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 10 out. 2020.